

RELATÓRIO DE JULGAMENTO DE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

REFERÊNCIA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2026-FMS

Processo nº 005116/2025 de 11 de novembro de 2025

Origem: Secretaria Municipal de Saúde - Semus

ID CidadES Contratação nº 2026.036E0500001.01.0001

Trata-se de impugnação **IMPETRADA** por **MARIA C. – CPF 063.XXX.X41-XX**

Inicialmente, cumpre registrar e transcrever o contido no **item XVII e seus subitens**, do Edital:

"XVII - DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

17.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

17.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

17.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo envio ao e-mail licitacao@itarana.es.gov.br, com cópia para cplitarana@gmail.com.

a) CPF ou RG, em se tratando de pessoa física ou CNPJ, em se tratando de pessoa jurídica, devendo informar o e-mail e o telefone para contato;

b) Procuração (quando for o caso);

c) Atos Constitutivos, em se tratando de pessoa jurídica.

17.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

17.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação

17.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame."

A sessão de abertura foi marcada para o dia **12/02/2026**, às **09h00min**, conforme publicações do aviso de licitação em **30/01/2026**, constantes nos autos do processo, sendo contado e respeitado os **8 (oito) dias úteis** para a modalidade pregão, para aquisição de bens, conforme letra "a", inciso I do artigo 55 da Lei 14.133/2021.

A impugnação foi apresentada dia **05/02/2026**, registrado recebimento às **10h46min**, por meio de endereço eletrônico: licitacao@itarana.es.gov.br, ou seja, dentro do prazo estipulado no edital, portanto, **TEMPESTIVA**.

Como sabido, nos procedimentos licitatórios, além do princípio da isonomia e legalidade, a Administração permanece adstrita aos princípios da **razoabilidade** e **proporcionalidade** para adoção dos critérios a serem estabelecidos no EDITAL, necessários ao atendimento do **interesse público**.

1 - DA SÍNTESE DAS ALEGAÇÕES DA IMPUGNANTE.

A empresa impugnante insurge-se contra a exigência de que o certame seja exclusivo para micro empresas e empresas de pequeno porte, alegando a indevida exclusividade da licitação para micro e pequenas empresas – ME/EPP o que representaria restrição ao caráter competitivo da disputa.

2 – DO PEDIDO

Transcrevo:

"Pelo exposto e do mais que nos autos consta, espera e requer a Vossa Senhoria a PROCEDÊNCIA da presente impugnação para que os itens deste edital sejam abertos à ampla concorrência ou à cota, por ser medida necessária a atender os princípios basilares da licitação, tais como competitividade e economicidade, ou, caso não seja o entendimento de Vossa Senhoria, o que se admite apenas por amor ao debate, requer que seja admitido o modelo de "ITEM ESPELHADO".

A retificação do Edital nos moldes desejados é medida que se espera sob pena de serem levados aos Órgãos de Controle as atrocidades acometidas em todo processo licitatório.

Requer, ainda, que todas as intimações, caso encaminhadas eletronicamente, sejam enviadas ao e-mail [mar\[REDACTED\]@s\[REDACTED\].com.br](mailto:mar[REDACTED]@s[REDACTED].com.br) e, caso encaminhadas em meio

físico, sejam direcionadas ao endereço [REDACTED], [REDACTED] - MG, [REDACTED] edifício Metropolitan.”

3 - DA ANÁLISE DA ADMINISTRAÇÃO.

De pronto, é importante destacar que os atos praticados pela Administração em seus procedimentos licitatórios, obrigatoriamente, devem ser pautados pelos princípios da isonomia e da legalidade. Nesse sentir, a realização do certame atende aos princípios licitatórios.

Ademais, o Edital foi previamente chancelado pela Assessoria Jurídica, o que demonstra zelo pelo cumprimento da legislação vigente e princípios que regem os atos da Administração Pública.

O artigo 47 da Lei Complementar – LC 123/2006, foi alterado pela LC 147, de 07 de agosto de 2014, passando a determinar que sejam concedidos, nas licitações públicas, tratamentos diferenciados e simplificados às microempresas – ME e empresas de pequeno porte – EPP, trazendo modificações substanciais no planejamento e na execução da licitação. Destacam-se como inovações da LC 147/2014 a exigência de licitações exclusivas para ME e EPP nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$80.000,00 (oitenta mil reais), a possibilidade de subcontratação de ME e EPP na aquisição de obras e serviços e a exigência de se estabelecer, para aquisições de bens de natureza divisível, cota de até 25% (vinte e cinco por cento) para a contratação de ME e EPP.

O artigo 47, da LC nº 123/2006, passou, com a alteração mencionada, a ter a seguinte redação, in verbis:

“Art. 47. Nas contratações públicas da administração direta e indireta, autárquica e fundacional, federal, estadual e municipal, **deverá** ser concedido tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica.” (grifo meu)

O art. 48 da LC 123/2006, também alterado pela LC 147/2014, prevê uma série de medidas com o fim de implementar concretamente o tratamento favorecido às ME e EPP em licitações públicas, dentre as quais, a realização de certames destinados exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens

de contratação cujo valor seja de até R\$80.000,00 (oitenta mil reais). Nesse sentido, seu inciso I passou a prever que a Administração Pública deverá (e não mais poderá como constava na redação anterior), “realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$80.000,00 (oitenta mil reais);”, alterando de facultativo para obrigatório o caráter desta diretriz.

Assim, analisando os dispositivos retrocitados, verifica-se que não se trata de uma opção disponibilizada à Administração Pública a realização de processo licitatório destinado exclusivamente à contratação de ME's e EPP's para as compras até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), mas sim, de verdadeira norma cogente, de modo a excepcionar a regra da ampla concorrência prevista no Art. 37, inciso XXI, da CF/88.

A preocupação do legislador sobressai-se, também, no inciso III, do artigo 48, da LC 123/06, ao determinar a obrigatoriedade, nos certames realizados para a aquisição de bens de natureza divisível em valores superiores a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), da reserva de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para contratação de microempresas e empresas de pequeno porte; previsão também presente no art. 8º, do Decreto nº 8538/15.

De acordo com o parágrafo terceiro do art. 49, não se aplica o disposto nos arts. 47 e 48 desta Lei Complementar quando: o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a Administração Pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado. Não obstante, esta é medida imposta pelo legislador, de forma que a ocorrência das situações excepcionais previstas no parágrafo terceiro do art. 49 deverá ser manifestamente comprovada. Isso porque a regra é que seja aplicada a exclusividade, como forma de fomentar o crescimento das micros e pequenas empresas.

Considerando as limitações do artigo 49, informo que o Edital do Pregão nº 001/2026 estabelece expressamente as condições de tratamento diferenciado para ME/EPP, bem como na fase de pesquisa de mercado, consta nos autos o orçamento de empresas que se enquadraram no tratamento diferenciado estabelecido pela Lei Complementar nº 123/2006 capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório.

Também há de prevalecer historicamente as licitações já realizadas pelo Município de Itarana/ES, onde valeu-se da prerrogativa de exclusividade e houve a participação de diversas empresas ME e EPPs, com ampla participação e competitividade.

Dessa forma, não se trata de “elevar a hipossuficiência econômica das mesmas acima do interesse público”, conforme afirma a Impugnante e, sim, fazer valer o disposto na legislação. Verifica-se nesse caso que o interesse social residente no estímulo à atividade empresarial de menor porte está em harmonia com o interesse na melhor contratação possível sabendo da importância que as microempresas e as empresas de pequeno porte têm para a economia nacional e do interesse maior do legislador em fomentar o crescimento das micros e pequenas empresas.

Ademais, importante ressaltar que não é possível comparar os preços praticados pelas ME'S e EPP'S, frente aos apresentados por empresas de grande porte, para efeito de consagração do artigo 179 da Constituição Federal; até por que este é o exato motivo pelo qual foi resguardado tratamento diferenciado pelo LC 123/06, com vistas a promover o desenvolvimento econômico e social.

Registre-se, por fim, que a aplicação da exclusividade para MEI, ME e EPP encontra respaldo também nas **orientações do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo – TCE/ES**, conforme Ofício nº 472/2015 – GPTC, de 25 de novembro de 2015, que recomenda a observância dos dispositivos da Lei Complementar nº 123/2006 como instrumento de promoção do desenvolvimento sustentável e fortalecimento da economia local.

"Ofício expedido pelo TCE/ES, nº 472/2015 GPTC, de 25 de novembro de 2015, onde orienta a aplicação dos dispositivos da supramencionada Lei Complementar nº 123/2006, visando contribuir para a promoção do desenvolvimento sustentável, diante do contexto dos municípios, visa o incentivo ao fortalecimento da economia local e regional."

4 – DA CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto, verifica-se que a exigência de participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais no Pregão Eletrônico nº 001/2026-FMS encontra **pleno amparo legal**, notadamente nos arts. 47 e 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006, com redação dada pela Lei Complementar nº 147/2014, bem como está em consonância com os princípios constitucionais e administrativos que regem as contratações públicas.

Restou demonstrado, ainda, que **não se configuram as hipóteses excepcionais previstas no art. 49 da LC nº 123/2006**, uma vez que há, nos autos, comprovação da existência de microempresas e empresas de pequeno porte aptas a atender às exigências do edital, bem como histórico de competitividade em certames semelhantes realizados por este Município.

Assim, não assiste razão à Impugnante ao alegar restrição indevida à competitividade, uma vez que a Administração Pública apenas deu fiel cumprimento a comando legal de natureza cogente, voltado à promoção do desenvolvimento econômico e social.

5 – DA DECISÃO

Ante o exposto, **CONHEÇO da impugnação**, por tempestiva, **e, no mérito, NEGO-LHE PROVIMENTO**, mantendo-se **integralmente inalterado o Edital do Pregão Eletrônico nº 001/2026-FMS**, por estar em conformidade com a legislação vigente, especialmente a Lei Complementar nº 123/2006, bem como com os princípios que regem as licitações públicas.

Determina-se:

- I – a publicação desta decisão no sítio eletrônico oficial do Município;
- II – a comunicação formal da Impugnante, nos endereços por ela indicados;
- III – a manutenção da data e horário originalmente designados para a sessão pública do certame, uma vez que a presente impugnação não enseja qualquer alteração no instrumento convocatório.

É como decido

MARCELO RIGO MAGNAGO

Pregoeiro Oficial

Portaria nº 070/2025